

A paisagem no dualismo gnóstico do fim de milênio

Que a arte continua a reflectir esta tremenda desilusão do mundo e dos homens acentuada na passagem do milênio, é mais que certo; por isso as mensagens redutoras de uma arte que se diz em crise nos agridem, o retrato nos incomoda e a própria paisagem nos é mostrada como no dia de um esperado Apocalipse.

Antes da telepresença e o *actual* dominarem a cadência dos nossos dias e dos nossos desejos, antes mesmo da palavra desterritorialização avançar para o espaço indeterminado que iria caber, por direito próprio, aos cyborgs que se anunciam como predominantes, tudo começou com a teoria da linguagem. Não havia perigo de mudança na concepção referencial da linguagem – afinal a referência empírica cabe na mais ingénuas das visões do mundo; nem mesmo a concepção simbólica alterava em muito o dualismo matéria/forma, corpo/espírito, que desde Aristóteles é legitimado como nosso. Tudo é diferente quando a estas interpretações da relação da linguagem com as coisas, sucede a concepção do sentido da linguagem. Percebe-se, então, que, na sociedade da informação o consenso sobre o *constructum* que é o mundo – esse nosso mundo que deixou de ser visto como a verdade, o bloco estável e sentado da nossa paz e do nosso reencontro - conforma-o como o lugar de passagem da plurivocidade, das muitas vozes que conjugam e integram os homens como consumidores de mensagens a nível planetário.

O efeito inevitável das teorias é apontarem novos sentidos; e, se esses sentidos alteram a nossa própria constituição – o nosso olhar, o nosso desejo, a nossa compreensão – também alteram o próprio mundo, que fica reduzido a um construído e não a um dado ingénuo e gloriosamente descoberto.

Na concepção referencial tudo era mais fácil. A linguagem era um sistema de correspondências entre as palavras e o mundo, ou seja, a linguagem, conjunto disciplinado de signos, era o meio através do qual o homem designava esse outro distinto que era o mundo, físico e humano. Tratava-se, naturalmente, de uma forma plurívoca, atribuindo-se o mesmo nome a coisas diversas ou diversos nomes para a mesma coisa. Wittgenstein tentou matematizar a incongruência das asserções para reduzir as situações de incomunicabilidade, ao que sabe, sem qualquer êxito prático. Problemas a que o consumidor, também cidadão e contribuinte, viria a ser completamente alheio; no conceito de Modernidade não cabia, não cabe ainda, a circulação dos processos epistemológicos do conhecimento. Ao consumidor destinava-se o discurso de sedução e manipulação que era produzido e constituía o grande dispositivo do poder.

O poder já era entendido como a capacidade de tornar homogêneo e, cada vez mais esta capacidade, porque estamos na sociedade da informação, é representada pela produção de acontecimentos.

Mediação é o que encontramos na concepção simbólica da linguagem; o símbolo substitui o real, afasta-nos ainda mais do mundo que podemos conhecer, mas tudo

indica ser a nossa forma de relação privilegiada. Relação criativa, plural, que está na origem da fundação de novos sentidos para designar o mundo que ainda mantém a sua existência como probabilidade.

A ideia do mundo como um *constructum*, que vai sendo acrescentado ou alterado pelo consenso, dá-lhe uma maior receptividade sob o influxo constante de novas informações através de redes planetárias e multiculturais. Nos interstícios dos efeitos heterogêneos, mutantes e instáveis do bombardeio dos diversos sentidos, perde-se a ideia de verdade, perdida que foi a coerência disciplinar da Metafísica.

Posta em causa a identificação do discurso verdadeiro com o sedutor discurso dos poderes, os criticismos pós-modernos podem abordar, mantendo-se no limiar da complexidade e desconhecendo por consequência os efeitos da sua intervenção na reconstrução do conhecimento, as grandes narrativas que serviam de modelo aos diversos domínios do social, político, ético, epistemológico, científico ou estético, invalidando a credibilidade dos dispositivos do poder.

Os saberes deixam de ser vistos como os espelhos onde a realidade se reflecte, o progresso linear da economia e do homem são negados pela própria experiência do tempo histórico, a História, monumento a todas as manipulações e todos os poderes torna-se um dos acusados principais do novo discurso de suspeição.

Antes da desterritorialização se tornar um conceito sociológico e um efeito da instantaneidade informativa e visual e da realidade virtual, o pós-modernismo desterritorializou as crenças e a ideia de acumulação cultural. Não ofereceu alternativas; como o pragmatismo, síntese céptica da filosofia do intervirmo argumentando, apenas procurou congregiar consensos acompanhando as próprias estratégias dos media que criticava: isolar, seleccionar, fragmentar, desconstruir, desvalorizar. A amálgama pós-moderna destrói o tempo e o histórico: todos os elementos da vida e da arte convergem, destituídos de sentido próprio, para o nosso tempo. Painel de fragmentos, onde revivalismos sem calor, elementos de teorias ou correntes, de representações ou obras finitas se conjugam, no interior de um sentido global, céptico e irónico, frequentemente corrosivo e desanimado, a arte matou a representação, o autor, a obra-prima, suspeitos de comprometimento com o poder.

Sem categorias pessoais de espaço e tempo, sem essência, sem lugar no mundo físico, o homem é apenas a própria justificação da cultura contemporânea: atravessado por estímulos sensoriais à velocidade da luz, é o "Eros Electrónico" de Ramon Gubern, sem tempo para interiorizar e tornar cognitiva a maioria da informação. É o lugar de confluência do excesso de informação e acontecimentos da sobremodernidade, itinerante de não-lugares que reproduzem os novos desertos da desterritorialização, que aboliu o contacto directo, o histórico e as raízes.

Este é de facto e tendencialmente, um mundo sem actores autómatos e sem lugares. Não o Mad-max de todas as teorias catastrofistas, mas o desabitado território do virtual, onde os corpos são vilipendiados, desprezados e a paisagem natural olhada na antevisão do cataclismo final, quando um qualquer anti-Cristo da nova geração vier anunciar o fim dos tempos a homens divorciados da sua materialidade.

Como os “buracos negros” de Edgar Martins, onde se combinam lugares desencantados e essencialmente an-históricos, como se a designação trouxesse consigo o rasto do pecado da civilização.

Mas não se pode falar de um mundo desumanizado sem encontrar nele a inscrição do homem. E aqui, nestas imagens que se conjugam para destruir o sentido mútuo, reside o que de principal sustenta a crítica da contemporaneidade que vê neste mundo que sustenta os nossos desejos, ilusões e simulações, o inimigo desprezível dos fins dos tempos.

Estes dípticos de Edgar Martins dividem paisagens para lhes atribuir um novo sentido; mas o sentido está mais nas próprias imagens do que na sua conjugação. Os temas apontam todos para a desilusão ou a ironia: os desertos urbanos, construídos em volta das periferias como um acampamento índio, a cascalheira de estradas interrompidas e abandonadas, os detritos urbanos, bordejando rios, mar ou concentrações, o absurdo dos equipamentos – a cidade como uma ilha desencantada, rodeada por todos os seus desperdícios. Aqui e ali as estruturas da vida em desleixo, fios de electricidade perdidos ao sabor dos ventos e a obsessão daqueles buracos negros – de óleo, de água ou de encenação óbvia – aquele outro labirinto onde todos os sentidos urbanos se perdem e esvaziam.

Novo gnosticismo, não apenas no desprezo pela degradação da matéria mas nos sinais-signos de um esoterismo de todas as origens. E assim não há distinção entre o fogo da iluminação industrial das fogueiras que semeiam as paisagens; indícios do insólito, sugestões de interpretações de um sincretismo místico muito contemporâneo: a alteração das águas, o círculo mágico, a roda celta perto da sugestão de um OVNI, o fogo.

Há ainda a sugestão maior: a ironia sobre a sociedade da informação, sobre os não-lugares que são reconstituídos ou inventados.

Na lógica da Sobremodernidade o não lugar substitui a comunicação directa, deixando em sua vez o referente informativo, o cartaz electrónico ou tradicional, os avisos, as indicações de sentido, de trânsito – todo esse conjunto de asserções indicativas que deixam o homem a falar consigo mesmo. O não-lugar é o deserto urbano, porque an-histórico, periférico, sem sentido próprio – lugar de passagem, material e informativa.

Em inúmeras e emblemáticas imagens de Edgar Martins, os suportes da informação, os sinais, mostram-nos o dorso, o reverso, são cartazes cegos. Os não-lugares perdem completamente o seu único sentido, o de serem espaços de passagem do que a cultura contemporânea tem para nos oferecer.